

A. I. N° - 180503.0903/02-2
AUTUADO - PASSARELA MÓVEIS LTDA.
AUTUANTE - JOSÉ DE CASTRO DIAS
ORIGEM - INFAZ TEIXEIRA DE FREITAS
INTERNET - 30/01/2003

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0004-03/03

EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. FALTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS. ESTOQUE FINAL. DESENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE. Para o aproveitamento do crédito fiscal referente ao estoque final em caso de desenquadramento do SIMBAHIA, a legislação exige a discriminação pormenorizada das mercadorias existentes e o seu lançamento no livro Registro de Inventário, a fim de que seja possível a aferição de sua regularidade. **Infração caracterizada. 2. LIVROS FISCAIS. REGISTRO DE INVENTÁRIO. FALTA DE ESCRITURAÇÃO. Infração caracterizada.** Foi reduzido o valor da multa referente ao inventário de 31/12/01, pelo fato de a irregularidade não constituir impedimento para o desenvolvimento de outros roteiros normais de fiscalização, no período mencionado. **3. DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS. DMA. FALTA DE ENTREGA. Infração comprovada. Auto de Infração PROCEDENTE EM PARTE. Decisão unânime.**

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 21/09/02, para exigir para exigir o ICMS no valor de R\$3.156,95, acrescido da multa de 60%, além das multas no valor de R\$10.438,63, em decorrência de:

1. Utilização indevida de crédito fiscal sem a apresentação do competente documento comprobatório do direito ao referido crédito;
2. Falta de escrituração do livro Registro de Inventário referente aos exercícios de 2000 e 2001 – multa de R\$10.038,63;
3. Falta de apresentação da DMA (Declaração e Apuração Mensal do ICMS) – multa de R\$400,00.

O autuado apresentou defesa (fls. 16 a 20) inicialmente reconhecendo a procedência da infração 3, no valor de R\$400,00.

Quanto à infração 1, ressalta que os créditos fiscais, objeto desta autuação, são decorrentes do levantamento das mercadorias existentes em seu estabelecimento em 30/09/00, data em que teve a sua inscrição “suspensa do SIMBAHIA”. Alega que o valor do estoque era de R\$114.713,58

(conforme os documentos às fls. 22 a 32) e, de acordo com a alínea “a” do inciso II do artigo 101 e a alínea “c” do inciso II do artigo 108, ambos do RICMS/97, possuía o direito ao crédito fiscal no valor total de R\$19.501,31, uma vez que a partir de 01/10/00 todas as mercadorias saíam com tributação normal.

Em relação à infração 2, afirma que é devedor apenas da importância de R\$80,00, por ter deixado de entregar à Fiscalização o livro Registro de Inventário, tendo sido intimado apenas uma vez a fazê-lo. Acrescenta que, mesmo que a penalidade fosse de 5% sobre o valor das entradas de mercadorias tributadas, houve equívoco do autuante, já que ele deveria ter tomado como base “as mercadorias tributadas adquiridas a partir do mês de outubro/00”, data em que foi desenhado do regime do SimBahia e não de todo o exercício de 2000. Conclui dizendo que a penalidade foi excessiva, haja vista que não pretendeu dificultar ou impedir a ação do Fisco, pois, de outro modo, não teria apresentado os livros Registro de Entradas e de Saídas de Mercadorias. A final, pede a improcedência do lançamento.

O autuante, em sua informação fiscal (fl. 35), relativamente à infração 1, aduz que, em nenhum momento foi dito que o autuado não teria direito ao crédito fiscal em função da mudança de regime de apuração do ICMS, e sim que ele utilizou indevidamente créditos fiscais sem a apresentação dos documentos comprobatórios. Argumenta que para que o autuado tivesse o direito ao crédito, teria que: a) inventariar todas as mercadorias existentes à data da mudança do regime de apuração do imposto; b) escriturar o referido estoque no livro Registro de Inventário; c) encadernar o livro fiscal e autenticá-lo na repartição fiscal de seu domicílio; d) calcular o valor do crédito referente às mercadorias inventariadas; e) emitir nota fiscal para acobertar a operação de crédito, lançando o documento nos livros fiscais, na forma da legislação em vigor.

Quanto à infração 2, diz que, mesmo não tendo realizado o inventário na época própria, o autuado insiste em afirmar que “levantou o estoque em 30/09/00, onde apurou o valor base de cálculo de R\$114.713,58”, embora a DME por ele apresentada à repartição fazendária contradiga a sua alegação, pois ali foi indicado o valor de R\$320.237,17 como estoque final. Ressalta que o contribuinte acostou ao PAF apenas uma relação emitida por computador, com o título Registro de Inventário, mas sem nenhuma formalidade, de maneira que não pode ser acatado como um livro fiscal com o valor probante a ele inerente.

Ressalta que o próprio sujeito passivo confessa que até a data de apresentação de sua defesa não havia ainda escriturado o livro Registro de Inventário e, portanto, deve ser aplicada a multa de 5% sobre o total das entradas de mercadorias no período considerado, uma vez que a irregularidade impediu que a fiscalização pudesse fazer os levantamentos necessários à comprovação dos créditos pleiteados. Pede a manutenção do lançamento.

VOTO

O Auto de Infração em lide foi lavrado para exigir o ICMS em razão de utilização indevida de crédito fiscal por falta de apresentação dos documentos comprobatórios do direito ao crédito (infração 1) e para cobrar multas por falta de escrituração do livro Registro de Inventário referente aos exercícios de 2000 e 2001 (infração 2) e por falta de apresentação da DMA - Declaração e Apuração Mensal do ICMS, referente a dezembro/01 (infração 3).

Quanto à infração 1, o autuado alega que os créditos fiscais, objeto desta autuação, são decorrentes do levantamento das mercadorias existentes em seu estabelecimento em 30/09/00, no valor de R\$114.713,58, data em que foi desenhado do regime do SimBahia e passou à condição de contribuinte normal.

O autuante, por sua vez, aduz que, para que o autuado tivesse o direito ao crédito, deveria ter adotado as providências determinadas pela legislação, quais sejam: a) inventariar todas as mercadorias existentes à data da mudança do regime de apuração do imposto; b) escriturar o referido estoque no livro Registro de Inventário; c) encadernar o livro fiscal e autenticá-lo na repartição fiscal de seu domicílio; d) calcular o valor do crédito referente às mercadorias inventariadas; e) emitir nota fiscal para acobertar a operação de crédito, lançando o documento nos livros fiscais, na forma da legislação em vigor. Quanto ao valor do estoque final inventariado, salienta que o sujeito passivo indicou, na DME, o valor de R\$320.237,17 (fl. 34) e não R\$114.713,58, como mencionado em sua peça defensiva.

O RICMS/97, em seu artigo 408-B previa o seguinte, tendo em vista que o autuado, à época dos fatos geradores, era enquadrado no regime de apuração simplificado:

***Art. 408-B.** Na hipótese de alteração de inscrição, passando o contribuinte da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de ambulante para a condição de contribuinte normal, uma vez determinado o desenquadramento da condição anterior, deverá o contribuinte, no último dia útil do mês em que receber a comunicação do desenquadramento, efetuar o levantamento das mercadorias em estoque, especificando, separadamente:*

***I** - as mercadorias cujas operações subseqüentes sejam isentas ou não-tributadas;*

***II** - as mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, nos termos dos incisos II e IV do art. 353;*

***III** - as demais mercadorias sujeitas ao ICMS, que não as referidas no inciso anterior, para fins de utilização do crédito fiscal a elas correspondente, a ser calculado pelo preço de aquisição mais recente, adotando-se a alíquota preponderante, de acordo com cada espécie de mercadoria (redação da Alteração nº 9 – Decreto nº 7466 de 17/11/98, DOE de 18/11/98).*

§ 1º O dia em que for efetuado o levantamento de que cuida este artigo servirá como referência na definição da data da efetiva alteração do regime de tributação determinado pela Fazenda Estadual.

§ 2º A utilização do crédito a que se refere o inciso III deverá ser seguida de comunicação escrita dirigida à Inspetoria Fazendária do domicílio do contribuinte.

§ 3º O estoque apurado na forma deste artigo deverá ser lançado no Registro de Inventário, no prazo de 60 dias.

Para demonstrar a improcedência do lançamento, o contribuinte trouxe aos autos uma relação, emitida por processamento de dados, com o título de Registro de Inventário, porém sem o atendimento às formalidades estabelecidas no artigo 704, do RICMS/97, como a seguir transcrito:

***Art. 704.** Os livros fiscais escriturados por sistema eletrônico de processamento de dados serão encadernados e autenticados dentro de 60 dias, contados da data do último lançamento (Conv. ICMS 75/96).*

***Parágrafo único.** No tocante à autenticação de que trata este artigo, observar-se-á o seguinte:*

***I** - o contribuinte lavrará na última folha do livro o seguinte termo, a ser por ele datado e assinado: "Termo de Encerramento - Nesta data, procedemos ao encerramento do presente livro, de número....., constituído por formulários*

com.....folhas, contendo a escrituração relativa ao período de/...../..... a/...../..... (ou, no caso de Registro de Inventário: relativa ao estoque em/...../.....)";

II - o termo de que cuida o inciso anterior será visado pela repartição fiscal;

Pelo exposto, considero inaceitável a listagem trazida aos autos pelo autuado, por não ter nenhum valor probante, e concluo que está correta a autuação, uma vez que, por não ter efetuado o lançamento das mercadorias inventariadas em 30/09/00 no livro Registro de Inventário, o contribuinte deixou de comprovar os valores de créditos fiscais escriturados no livro Registro de Apuração do ICMS, nos meses de novembro/00 (R\$600,00), dezembro/00 (R\$721,53) e maio/01 (R\$1.835,42), conforme o demonstrativo e as fotocópias do referido livro fiscal acostados aos autos (fls. 9 a 12). Saliente-se, por fim, que o valor mencionado pelo autuado em sua peça defensiva, como estoque final no dia 30/09/00 (R\$114.713,58), não é o mesmo indicado na DME por ele apresentada à repartição fazendária (R\$320.237,13), aumentando o grau de incerteza quanto aos valores dos créditos a que ele teria direito.

Quanto à infração 2, constata-se que o contribuinte foi acusado de ter deixado de lançar, no livro Registro de Inventário, o estoque existente em seu estabelecimento nos dias 31/12/00 e 31/12/01, já como empresa inscrita na condição de "Normal". Considero que está caracterizada a infração, haja vista que o autuado não apresentou o referido Registro de Inventário devidamente escriturado, devendo ser aplicada a regra do artigo 142, do RPAF/99: "a recusa de qualquer parte em comprovar fato controverso com elemento probatório de que necessariamente disponha importa presunção de veracidade da afirmação da parte contrária".

A Lei nº 7.014/96, em seu artigo 42, inciso XII, estabelece a multa de 5% do valor comercial das mercadorias sujeitas a tributação entradas no estabelecimento durante o exercício, quando não tiver sido regularmente escriturado o Registro de Inventário, apenas se esse fato constituir impedimento definitivo da apuração do imposto no período, não havendo outro meio de apurá-lo, o que, a meu ver, ocorreu nesta autuação, no exercício de 2000, considerando que o contribuinte, por ser Empresa de Pequeno Porte até setembro/00, estava desobrigado de escriturar os demais livros fiscais e, assim, o Fisco encontrava-se impossibilitado de proceder a outros roteiros de fiscalização. Ressalte-se, ainda, que mesmo o levantamento quantitativo de estoques em aberto seria impossível de realizar, já que não haveria condição de ser feita a separação dos períodos em que o contribuinte estava enquadrado no SimBahia e na condição de Normal. Por essa razão, mantenho o valor de multa exigido de R\$ 3.609,13.

Todavia, em relação à falta de escrituração do livro Registro de Inventário em 31/12/01, entendo que deve ser reduzida a penalidade para R\$400,00, prevista no artigo 42, inciso XV, alínea "d", da Lei nº 7.014/96, tendo em vista que não ficou comprovado que a irregularidade fiscal acima descrita constituiu impedimento definitivo para a apuração do imposto no exercício, já que o autuado estava obrigado a escriturar todos os livros fiscais e contábeis, por encontrar-se na condição de contribuinte normal.

Relativamente à infração 3, o próprio autuado reconheceu a sua procedência, sendo desnecessárias maiores considerações.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **180503.0903/02-2**, lavrado contra **PASSARELA MÓVEIS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$3.156,95**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, VII, “a”, da Lei nº 7.014/96, sendo R\$1.321,53, atualizado monetariamente, com os respectivos acréscimos moratórios e R\$1.835,42 com os demais acréscimos legais, além das multas no valor total de **R\$4.409,13**, previstas no art. 42, XII, e XV, “d” e “h”, da citada lei, sendo R\$3.609,13, atualizado monetariamente.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de janeiro de 2003.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE/RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – JULGADOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA